

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
8. AVALIAÇÃO AMBIENTAL

8.1. Cenários Possíveis para a Região com o Estabelecimento do Empreendimento

A avaliação ambiental aqui apresentada consiste em um balanço entre os aspectos positivos e negativos associados à possibilidade de implantação do empreendimento. O principal reflexo positivo para a região encontra-se nos aspectos relacionados com a economia regional, uma vez que o mesmo contribui diretamente para a geração de empregos e renda regionais, além de benefícios indiretos relacionados a pagamento de impostos. Porém, a geração de tais impostos e de empregos e renda pode ser considerada como uma situação provisória, isto é, mantida enquanto der-se a construção do empreendimento. Assim sendo, a implantação da PCH em proposição deve obedecer a um planejamento capaz de atender tanto a seus objetivos quanto, em contrapartida, gerar desenvolvimento através da capacitação da mão de obra a ser desmobilizada com vistas à posterior sustentabilidade das comunidades regionais. Em parte, a implementação dos programas previstos para a PCH Confluência neste estudo visam a manutenção de parte de frentes de trabalho, a exemplo de projetos de recuperação de áreas degradadas e monitoramentos, além de projetos de capacitação de mão-de-obra local.

Além do sistema econômico, a implementação do empreendimento deverá ter reflexos positivos ao oferecer apoio à melhoria de sistemas de saúde e segurança pública estabelecidos nos municípios locais, além de demais projetos sociais. Esta condição deve ser vista como prioritária e facilitadora do processo pelo empreendedor, inclusive em sua visão de responsabilidade social.

Quanto ao patrimônio arqueológico regional, o empreendimento em questão, embora gerador de impactos, é também o catalisador do desenvolvimento de projetos de pesquisas sobre o mesmo. Sem o empreendimento em questão haveria

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

pequena possibilidade de resgate da história e do patrimônio locais, ao menos em curto espaço de tempo.

No que diz respeito aos meios físico e biológico, as maiores preocupações quanto a modificações decorrentes de um empreendimento hidrelétrico são sempre relacionadas à formação do reservatório. As principais fontes de ameaça direta para o meio ambiente são as atividades operacionais que interferem diretamente sobre o solo/subsolo e a qualidade das águas, levando-se em consideração que tais impactos geram efeitos secundários sobre os demais componentes ambientais regionais. Na área do empreendimento, atividades que causarão remoção do solo, a manutenção de áreas com solo exposto e a rede viária (estradas e trilhas de acesso) causarão processos erosivos em função do arraste do solo por águas correntes (chuva) e conseqüentemente maiores riscos de aumentos de turbidez e assoreamento de rios. Este efeito será atenuado através de mecanismos de conservação de solo e das florestas nas encostas, já que estas deverão proteger os recursos hídricos em função da cobertura e da sustentação mecânica que as raízes proporcionam aos solos. Em relação à rede viária, considerada como a área a sofrer erosão, o adequado planejamento poderá minimizar os processos erosivos.

A qualidade do ar atual também deverá se deteriorar, no cenário com a implantação do empreendimento, em decorrência do surgimento de novas fontes de poluição, principalmente a operação de máquinas e emissão de particulados (poeiras). Contudo, esses efeitos deverão ser prevenidos ou ao menos minimizados na medida em que forem obedecidas as medidas ora apresentadas. A própria presença da floresta no entorno do rio Marrecas deverá servir de cortina e de filtro para os elementos a causarem alterações da qualidade do ar, configurando o impacto como localizado e restrito à área do canteiro de obras.

Por fim, no cenário com a implantação do empreendimento, a análise do meio biótico pressupõe a supressão da vegetação da área a ser alagada, pátio de obras e acessos, com reflexos sobre a fauna local. Por estas condições deverá haver a dispersão da fauna local em direção aos ecossistemas marginais, fator que deverá

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

gerar impactos nestes pela competição por nichos e abrigos. Porém, a magnitude dos impactos sobre os ecossistemas terrestres, conforme anteriormente descritos, será em geral pequena, haja vista o que se segue:

- A área a ser diretamente afetada pelo empreendimento apresenta pequenas dimensões;
- Não foram identificados endemismos na área a ser alagada;
- A área encontra-se inserida em uma matriz ambiental dominada por sistemas florestais a montante, fator que tende a minimizar os efeitos negativos da dispersão e competição por recursos pelas espécies afetadas, bem como os impactos negativos relacionados ao meio físico;
- A área é pouco ocupada por espécies de vertebrados de maior porte, em geral mais ameaçados.

Já quanto à fauna aquática, a lógica anterior não se aplica. De fato, o reservatório a ser formado deverá causar impactos importantes, em especial sobre espécies que requerem ambientes de forte energia e bastante oxigenados para sua sobrevivência. Algumas espécies de peixes e de invertebrados poderão desaparecer do local e/ou tenderão a migrar o rio remanescente a montante. Já outras espécies, como os lambaris, poderão sofrer grande incremento populacional local. Porém, os efeitos de maior importância sobre a fauna aquática em geral – mas com especial atenção para peixes e outros vertebrados aquáticos – refere-se à instalação da barragem, a qual deverá bloquear os processos de migração e deslocamento da ictiofauna e outros organismos aquáticos (com destaques a quelônios e mamíferos), gerando isolamento genético entre as populações de montante e jusante. Este impacto adquire a maior importância dentre todos a afetarem a biota regional, devendo receber a maior atenção por parte do empreendedor.

Apesar da grande magnitude de parte dos impactos apresentados, a implementação das medidas e programas de controle, quando devidamente observados os critérios técnicos, tenderão a minimizar os efeitos negativos do empreendimento, levando o mesmo a inserir-se de maneira satisfatória na região. Os programas ambientais

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

previstos para minimizar e/ou compensar os impactos do empreendimento, embora não possam revertê-los totalmente, poderão portanto ocasionar uma melhoria das condições de vida da comunidade local. Especial atenção deve ser dada aos programas de comunicação ambiental e de compensação para unidade de conservação, que trarão melhorias tanto nos aspectos biológicos quanto socioeconômicos e culturais.

8.2. Cenários Possíveis para a Região sem o Estabelecimento do Empreendimento

Tal qual para o cenário possível para região com o estabelecimento da PCH Confluência, as perspectivas sem sua instalação levaram em conta elementos dos meios socioeconômico, biótico e físico. Este cenário pode ser sub-dividido, segundo o Termo de Referência do IAP, em outros dois, quais sejam: o de imutabilidade, onde se considera que não haverá implantação de nenhum empreendimento ou atividade efetiva ou potencialmente impactante no local almejado, nas vizinhanças e/ou na mesma bacia hidrográfica, objeto da avaliação, mantendo-se as atuais condições sócio-ambientais da região e de seus habitantes; e o do homem e dos recursos naturais, no qual, mesmo não havendo a implantação do empreendimento/atividade, consideram-se outras participações do homem no processo produtivo, pressupondo poder-se contar com sua maior consciência para preservar os recursos naturais, assegurando a prosperidade da sua família e o futuro de seus descendentes.

A partir destas definições, os cenários possíveis, sem a implantação do empreendimento, são os seguintes:

8.2.1. Cenário de Imutabilidade

Este cenário provavelmente será o observado sem o estabelecimento do empreendimento na região, e consistirá na permanência, por longo tempo, das mesmas condições ambientais como hoje observadas. As matas no talvegue do rio

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Marrecas não deverão experimentar processos de supressão que geralmente tem ocorrido em outras regiões, haja vista tratar-se de um local íngreme e de difícil acesso. Porém, deverá ser mantido o padrão de perturbações que incidem sobre a flora e a fauna regionais decorrentes do corte eventual de árvores e de ações isoladas de caça e pesca predatória. A instalação do reservatório, mesmo impactante, tenderá a diminuir essas interferências pela fiscalização constante das margens pelo empreendedor.

Para a população, as condições de vida tenderão também a ser aquelas hoje observadas. Não há perspectivas de outros investimentos na região, e a situação econômica deverá continuar estagnada. Há, contudo, que se considerar que a região não tem sofrido também grandes aumentos populacionais, e que o processo de crescimento pequeno não tem gerado localmente um problema social maior. No geral, as comunidades locais são em grande parte dependentes da produção industrial em várias frentes, sendo a Ibema a maior responsável pela estabilidade econômica regional, ao menos no município de Turvo.

Considerando-se que PCH Confluência deverá gerar diversas frentes de trabalho, além de diversos outros serviços regionais indiretos, a não implementação do projeto significará uma perda de oportunidades para as comunidades regionais. Tal alternativa leva, em parte, à continuidade da dependência econômica da região em relação a repasses de recursos governamentais, os quais atualmente são insuficientes. Ainda que de pequena magnitude, do ponto de vista social e econômico a não implementação significaria ainda uma perda de oportunidade de recebimento de impostos sobre serviços pelos municípios de Turvo e Prudentópolis, recursos esses que poderão compor a receita local e ser revertidos para programas de cunho sócio-ambiental regionais.

8.2.2. Cenário do Homem e dos Recursos Naturais

Este cenário é pouco provável na área objeto de estudo, em função da já citada dificuldade em acesso à mesma. Demais usos prováveis da área poderão consistir

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

em ampliação imediata da agricultura de subsistência e/ou em plantios de pinus ou eucaliptos, haja visto estes serem os processos produtivos localmente estabelecidos. No primeiro caso, o uso da área para agricultura poderá significar o desenvolvimento de processos erosivos de média magnitude, decorrentes especialmente da alta declividade local. Já no segundo, tal processo poderá ocorrer apenas durante a fase de supressão da vegetação, preparo do solo e colheita, com efeitos diretos sobre os recursos hídricos.

Em ambos os casos de usos, requer-se a manutenção de áreas de preservação permanente, algo dificultado nos casos da agricultura de subsistência. Este é o cenário que pode ser concebido para a região considerando-se outras possibilidades de uso dos recursos naturais locais.

Outro aspecto inerente à não implementação do empreendimento refere-se à não aplicação de recursos para Unidades de Conservação a título de Compensação Ambiental (conforme Lei nº 9.985, Art. 36 e Decreto nº 4.340, Art. 316). Esta situação é negativa, uma vez que tais recursos poderão, em grande parte, serem destinados à gestão e fiscalização de áreas protegidas regionais, em geral carentes de recursos.

Por fim, sem a implantação do empreendimento não serão executadas as atividades de pesquisa e de monitoramento da fauna, da vegetação e do patrimônio arqueológico, fatores que proporcionam aumento de conhecimento sobre tais elementos e contribuem para instrumentalizar sua gestão e proteção.